

DESAFIOS DAS HUMANIDADES FRENTE À REAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL

CHALLENGES OF HUMANITIES FACING THE CONSERVATIVE REACTION IN BRAZIL

Leonardo Bis dos Santos¹

RESUMO:

Em setembro de 2015 veículos de comunicação do Brasil noticiaram que o governo japonês havia solicitado formalmente o cancelamento de cursos de Ciências Humanas para as Universidades daquele país. Uma semana depois, era publicado que a Austrália iniciava a substituição de disciplinas de História e Geografia por aulas de programação de computadores, copiando ações implementadas nos EUA e no Reino Unido. Os ataques ao ensino de humanidades nas instituições brasileiras foram ainda mais brutais. Alas sociais da extrema direita, aproveitando o conturbado contexto político e com um discurso baseado numa suposta neutralidade, seduziram conjuntos consideráveis da sociedade com o que tem sido conhecido como Projeto Escola Livre. O Projeto de Lei do Senado nº 193/2016, de autoria do Senador Magno Malta (Partido da República – um dos mais conservadores do país), prevê sanções para os professores que supostamente “abusarem da liberdade de ensinar” – conforme atestam as palavras de seus defensores. A presente comunicação tem por objetivo analisar o contexto sociopolítico no qual se originou a proposta, estabelecendo relações entre o atual estágio dos conflitos políticos e sua materialização na educação, a partir de uma abordagem dialética da história recente.

Palavras-chaves: Conflitos sociais, ensino de humanidades, resistência social.

ABSTRACT:

In September 2015 was reported in Brazil the communication that the Japanese government had formally requested the cancellation of Humanities courses for universities in that country. A week later, it was published that Australia began replacing disciplines of history and geography by computer programming classes, copying actions implemented in the US and UK. The attacks on the teaching of humanities in Brazilian institutions were even more brutal. Sectors of the extreme right, taking advantage of the political context and with a discourse based on a supposed neutrality, persuade considerable sets of society with what has been known as Project Free School. The Project of the Senate Law No. 193/2016, authored by Magno Malta (Party of Republic - one of the most conservative in the country), provides for penalties for teachers who allegedly "abusing freedom to teach" - as evidenced by the words of its defenders. This communication aims to analyze the sociopolitical context in which originated the proposal, establishing relations between the current stage of political conflict and its materialization in education, from a dialectical approach in recent history.

Keywords: social conflict, teaching humanities, social resistance.

¹ Sociólogo e Doutor em História. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo/Brasil, onde atua na Coordenadoria de Ciências Humanas e no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades – PPGEH (Contatos com o autor: leonardo.bis@ifes.edu.br)

INTRODUÇÃO

A leitura marxista da história é bastante complexa e nos fornece um vigoroso instrumental para a interpretação dos fenômenos sociais atuais. Apesar de suas críticas contumazes a Hegel, se apropria do arquétipo basilar de suas análises: a sentença teleológica TESE – ANTÍTESE – SÍNTESE. Mas as similaridades entre Hegel e Marx param por aí. Na melhor acepção do termo ‘dialética’, a fundamentação marxista fornece subsídios para atestar as contradições sociais a partir das relações sociais de produção e reprodução da existência humana. Se o modelo hegeliano apresenta a sentença que parte da metafísica, Marx o assume invertendo sua lógica de produção de sentido².

As contradições de um tempo histórico ou de um evento possui significação a partir das relações concretas entre os homens e destes com a natureza na busca pela sua reprodução material. Essa é a essência das relações humanas pautadas pelas desigualdades sociais, desnudada pela dialética materialista.

No capitalismo a visão holística de ser humano é rompida. Somos apresentados como parcelas, tal qual uma linha de produção, facilitando as substituições no mundo do trabalho e alienando o trabalhador de seu esforço produtivo. Tal concepção de homem impõem uma série de desafios aos movimentos sociais em luta contra a cultura hegemônica do capital. Percebida parceladamente, a sociedade encontra dificuldades na organização de mobilizações e até mesmo na demonstração das contradições sociais. A individualização disseminada sob o pressuposto da meritocracia marca os dominados e explorados com a incompetência no trato de seu sucesso pessoal. Contudo, os projetos de dominação a partir do capital possuem uma sinergia exemplar.

Eis que o sistema de ensino pode vir a ser tanto um veículo relevante na consolidação dos ideais hegemônicos e colonialistas³. Ou, ao contrário, pode contribuir para transformar as realidades, a fim de conduzir a sociedade a um rompimento com as desigualdades sociais abissais que encontramos na maior parte do mundo. O sistema de ensino pode contribuir – não é de forma alguma o único responsável por tal façanha – para criar um ambiente propício para se organizar as resistências locais e regionais.

Nesse sentido, o ensino de humanidades, alinhado à perspectiva crítica, descolonial e contra hegemônica oferece um risco. Não que outras áreas de conhecimento não sejam capazes de expor a crítica político-social, mas as contradições sociais são mais facilmente demonstradas por áreas cujo objeto de estudo é a própria sociedade e seus antagonismos.

E como já previa Marx, enquanto a desigualdade social não for eliminada, o tempo presente sempre vai produzir elementos de contradição – a antítese – que viabilizará sua superação.

Neste ensaio buscamos apresentar uma reflexão sobre o caso do Brasil e os ataques sofridos ao sistema de ensino público, especialmente à área de humanidades.

² MARX, Karl & ENGELS, Frederick. A história dos homens. In: FERNANDES, Florestan (org.). **História**. 3ª ed. São Paulo: 1989 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 36).

³ “A lógica colonial, se expressa pela distribuição desigual da riqueza, uso intensivo de recursos naturais e pelo domínio da epistemologia, radicalizados desde o estabelecimento do sistema de classificação hierárquica em todas as esferas sociais até a supressão de economias e culturas existentes antes da chegada dos colonizadores” (COSTA e LOUREIRO, 2015, p. 184). O pensamento descolonial é sua antítese.

O ENSINO BÁSICO PÚBLICO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2013: ALGUNS ELEMENTOS ANALÍTICOS

Dados da UNESCO divulgados em 2005 apontavam que “entre 129 países avaliados, o Brasil aparece na 76ª posição, o pior ranking da América do Sul, perdendo para a Argentina (27ª), o Chile (37ª), a Venezuela (64ª) e o Peru (65ª)” (QUEIROZ, 2008).

Desde então os investimentos, em valores constantes, saltam da casa dos quase R\$ 50 bilhões (US\$ 15,6), em 2005 para atingir a marca de R\$ 117 bilhões (US\$ 36,5) em 2013 – figura 1.

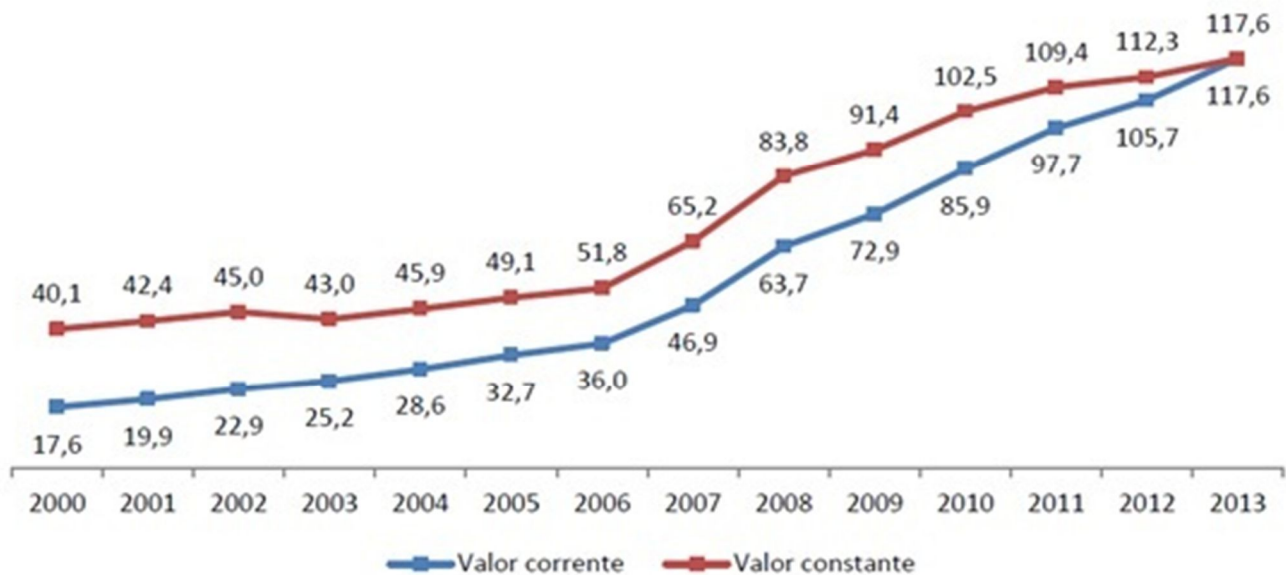


Figura 1 – Investimentos a valores correntes e constantes entre os anos de 2000 e 2013.

Fonte: Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015 Versão Preliminar, p. 74.

Se tomarmos em comparação o período entre os anos 2001 e 2012, que coincide com a expansão dos investimentos em educação descritos na figura 1 – acima –, com a taxa de permanência na escola da população entre 6 e 14 anos, temos um acréscimo de praticamente 3% no índice. O número pode parecer insignificante, mas se o parâmetro for o número de matrículas – que no final do período analisado girava em torno de 30 milhões – estamos nos referindo a cerca de 900 mil crianças e adolescentes que deixaram de abandonar seus estudos. São 900 mil vidas por ano que podem ter na educação um vetor de mudança social.

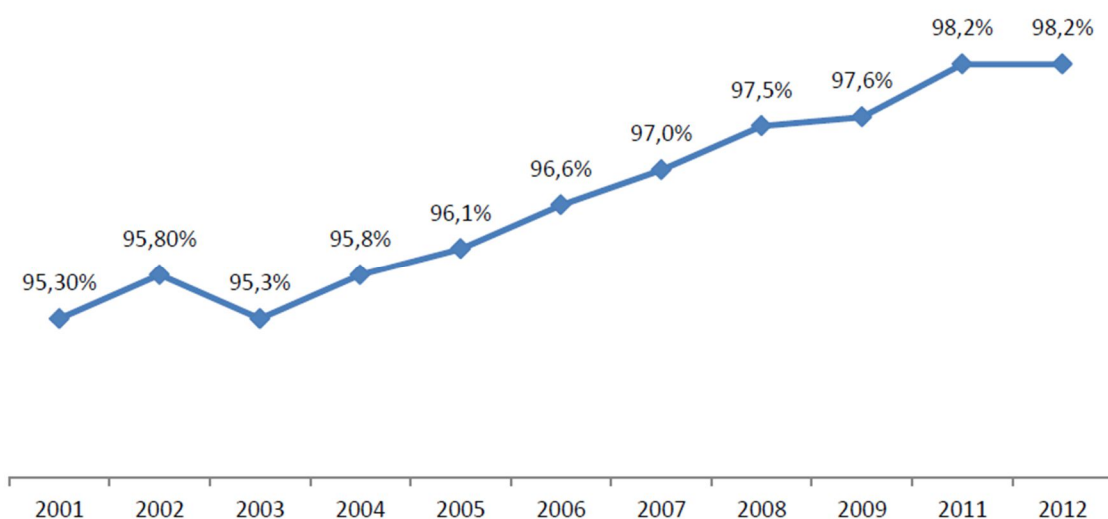


Figura 2 – Taxa de permanência na escola da população entre os anos de 2001 e 2012.

Fonte: Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015 Versão Preliminar, p. 27.

Considerada a população entre 15 e 17 anos, equivalente ao ensino médio no país – faixa etária em que se encontram considerável parte dos desafios da educação básica brasileira –, a taxa de ocupação saiu de 81,1% em 2001 para 84,2% no ano de 2013⁴. A partir da comparação entre as duas faixas etárias (6 a 14 em relação a 15 a 17 anos) é possível destacar que um dos maiores desafios tem sido manter os alunos do segundo grupo na escola. Na adolescência, momento em que certas condições de vulnerabilidade social tem um peso maior nas escolhas individuais nessas idades, mais de 15% destes abandona os estudos motivados pela necessidade de trabalho ou, em casos mais extremos, atraídos para o crime.

Esse último dado, acerca da permanência dos adolescentes no sistema de ensino público, tem gerado muito debate em busca de tornar mais atrativo o ambiente escolar. Seja a partir das experiências do ensino profissionalizante, das escolas de tempo integral ou a partir de conteúdos mais próximos à realidade dos adolescentes, várias combinações e recombinações foram sendo testadas. Dentre os casos de sucesso se destacam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia espalhados pelo país e que tem sido destaque no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM⁵.

Os dados quantitativos, contudo, apresentam uma face das mudanças e desafios pelos quais passou a educação no Brasil nas últimas décadas. É possível fazer uma outra interpretação de tais transformações, a partir dos conteúdos programáticos. Após a reabertura democrática na década de 1980, houve um processo intenso de revisão do teor das disciplinas – e das próprias disciplinas ofertadas. No plano das ciências humanas a história dos vencedores passou a ser questionada. A geografia humana foi ganhando paulatinamente espaço nos currículos. Disciplinas como Educação Moral e Cívica – EMC e Organização Social e Política do Brasil – OSPB, que versavam sobre conteúdos alinhados aos objetivos sociopolíticos do então governo militar, foram substituídas por Sociologia e Filosofia, cujo conteúdo é mais crítico. As aulas de Religião que eram ofertadas na perspectiva exclusivamente da cristandade católica, atualmente praticamente não existe mais nas escolas.

As demandas em torno das liberdades civis que ficaram em estado latente nas décadas de 1960 e 1970 nos governos militares, paulatinamente foram emergindo no debate social e conseguiram forçar mudanças consideráveis na estrutura de ensino.

CONQUISTAS DAS MINORIAS E SETORES REACIONÁRIOS NO BRASIL

Ainda muito distante de um cenário ideal, o sistema de ensino brasileiro apresentou alguns avanços como tentamos demonstrar brevemente. Especificamente para as humanidades, ainda, podemos relacionar a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira nos conteúdos na rede de educação do país. Um país com forte identidade afrodescendente deveria abster de uma regra legal específica para esse conteúdo, mas devemos ressaltar que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão no mundo. O peso histórico desse passado maculado, aliado ao mito da democracia racial de Gilberto Freyre⁶, cria no país cenários de invisibilidade social que

⁴ Fonte: Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015 Versão Preliminar, p. 13.

⁵ Dados referentes às avaliações de 2014 mostram que o a melhor escola pública do Brasil é um Instituto Federal, cuja experiência em ensino profissionalizante é vasta. Fonte: <http://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2015/08/06/melhor-escola-publica-do-brasil-e-de-vitoria-por-nota-no-enem.htm> Acessado em 18 out 2016.

⁶ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª edição. São Paulo: Editora Global, 2006.

dificultam a crítica à situação dos negros na nação. Assim, a iniciativa da referida é bastante simbólica, por representar uma vitória expressiva dos movimentos de resistência cultural afro-descendentes, cujos bens imateriais foram – e ainda são – alvo de intensos ataques religiosos, físicos e racistas de várias ordens.

O Decreto 8.727, de 28 de abril de 2016 é outro exemplo de conquista. Após um fracasso na implantação de material didático que discutia homofobia no ensino básico – que foi pejorativamente classificado como “kit gay”⁷ –, a institucionalização do nome social (inclusive em escolas) para travestis e transexuais foi um passo importante para conferir reconhecimento à esses grupos⁸.

Os avanços observados no sistema educacional brasileiro, notadamente nas disciplinas e conteúdos de humanidades, foram conquistados sob grandes embates sociais. Dentre as estratégias de ação por parte daqueles que se opõem às mudanças destaca-se a atuação de grande parte da chamada bancada evangélica⁹. Utilizando argumentos ligados à defesa da ‘família tradicional’, um grupo expressivo de legisladores federais impõem dificuldades constantes aos debates de gênero, de expressão religiosa plural e de posicionamento político. Esse grupo tem buscado criar dispositivos legislativos para inverter o caminho trilhado nas últimas décadas no ensino. É nesse contexto que surge, por exemplo, a proposta legislativa que ficou conhecida como Escola sem Partido. O projeto de lei do Senado nº 193/2016¹⁰, de autoria do Senador Magno Malta (Partido da República – um dos mais conservadores do país), prevê sanções para os professores que supostamente “abusarem da liberdade de ensinar” – conforme atestam as palavras de seus defensores.

MODERNIZAÇÃO REACIONÁRIA E NEOCOLONIALISMO

A sequência de crises do capitalismo tem colocado em pauta uma inversão conceitual. Os colapsos econômicos têm sido culpabilizados por crises políticas. Dito de outra forma, as convulsões políticas têm sido responsabilizadas pelos constantes desequilíbrios financeiros dos Estados Nacionais no mundo. Considerando que a política é a arte de negociação conflituosa em torno da busca pelo poder e, entendendo que a apropriação de riquezas exerce papel fundamental nas tomadas de decisão de qualquer sociedade contemporânea, a economia é em última instância o vetor último das crises.

A especulação financeira internacional, ao assumir o controle da política, provoca instabilidades a partir de seus capitais voláteis. E as tecnologias de informação permitem atualmente uma circulação financeira como nunca antes vista na história da humanidade. A expansão do crédito e as transações eletrônicas permitem transferências gigantescas em apenas um click.

7 O material didático Escola sem Homofobia foi vetado em 2011 pelo Governo Federal após intensos protestos de parlamentares e setores conservadores da sociedade brasileira. Para maiores informações Cf. <http://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>

8 O nome social foi legalmente reconhecido pelo Decreto 8.727, de 28 de abril de 2016 (Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm). Vale destacar, contudo, que o reconhecimento cultural é anterior ao dispositivo legal em várias circunstâncias.

9 Conjunto de deputados federais eleitos ligados a setores religiosos cristãos protestantes, de várias denominações. Geralmente estão alinhados às alas mais conservadoras da sociedade.

10 Cf. <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=192259&tp=1> Acessado em 21 out 2016.

O capital opera segundo a lógica da apropriação do lucro crescente e constante. É ponto pacífico que as demandas sociais, que para um imenso número de pessoas se restringe às necessidades básicas de sobrevivência, não fazem parte dessa agenda de negócios. As massas interessam enquanto possibilidade de aumento de ganhos. Em tese, as oportunidades estão postas em igualdade de condições. A meritocracia é o conceito que define aqueles que terão sucesso frente aos demais. Esse princípio também é aplicado aos Governos Nacionais.

Em tempos de crise econômica, como a que assola o Brasil, o princípio da ineficiência política como vetor principal ganha força midiática. Abre-se espaço para as políticas neoliberais uma vez que foi construído no imaginário social que o mundo privado é mais eficiente que o público. No caso específico do sistema de ensino, a pauta de privatizações de instituições públicas surge nas agendas sociais e políticas. É nesse contexto, por exemplo, que circula a informação de que a maior universidade do país (e a maior da América Latina) – a Universidade de São Paulo para ir para a gestão empresarial. A notícia ganhou força depois que em 2014 foi aberto um plano de demissão incentivada¹¹, como mecanismo para sanear as contas da instituição para uma possível transferência à gestão privada.

A ideia de modernizar a gestão pública ganha força política com a crise econômica. É facilmente disseminada na sociedade como solução para os problemas. O capital financeiro encontra fecundo contexto para implementar suas propostas: a crise econômica justifica o desmonte dos sistemas públicos e, de uma forma singular para a educação, remontar a estrutura obedecendo a sua lógica de expansão. Afinal, o capital financeiro não produz, e sim se reproduz às custas da produção de outrem. Nesse sentido, o sistema de ensino oferece ao mesmo tempo uma oportunidade de investimento e, ao ser remontado a partir da lógica da modernização e da eficácia, mina focos de resistência oriundos das humanidades.

Não é aleatório que em setembro de 2015 – quando o Brasil já atravessava a casa dos 8% de desempregados (até então o maior índice desde 2012) – é divulgada na imprensa notícias de reformulação do ensino superior no Japão e do ensino básico na Austrália, antecipando o que viria a acontecer meses depois no país.

No caso do país oriental o governo local sugeriu que as universidades encerrassem seus cursos nas áreas de humanas. Em setembro de 2015 26 das 60 instituições de ensino superior já haviam adotado medidas de restrição ou mesmo fechado unidades, obedecendo ao comando do governo. Entre as fontes de resistência à solicitação constavam as duas mais prestigiadas instituições – Universidades de Tóquio e Quioto –, que se negaram terminantemente a adotar qualquer medida nesse sentido¹².

No segundo caso, o então ministro da educação australiano Christopher Pyne liderou um processo no qual disciplinas de história e geografia foram substituídas por aulas de programação de computadores¹³. A proposta já havia sido testada e aprovada no Reino Unido e nos EUA e tinha como objetivo desenvolver habilidades em ciências, tecnologia, engenharias e matemáticas, como dizia a notícia:

The new curriculum echoes successful programs implemented in the United States such as Code.org and “Hour of Code”, with the support of Google and

¹¹ Fonte: <http://www5.usp.br/tag/programa-de-incentivo-a-demissao-voluntaria/> Acessado em 20 out 2016.

¹² Cf. <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/governo-japones-pede-cancelamento-de-cursos-de-humanas-em-universidades-17506865#ixzz47Vid6RtX> Acessado em 02 mai 2016.

¹³ Cf. <http://www.updateordie.com/2015/09/22/australia-tira-geografia-e-historia-das-escolas-em-favor-de-aulas-de-programacao/> Acessado em 02 mai 2016.

Microsoft, including the United Kingdom who introduced coding in primary schools last year.¹⁴

Vale ressaltar que dois meses antes desse anúncio oficial, o então ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), do governo brasileiro, teve uma reunião para tratar do currículo do ensino básico. Segundo a Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, o então ministro da SAE destacou na ocasião que “a ideia não é copiar, mas debater uma experiência que classifica como ‘uma das mais interessantes do mundo’.”¹⁵

REFLEXÕES FINAIS

O mundo tem vivido um ciclo contínuo de crises econômicas nas últimas décadas. Só para citar algumas, 1994 no México; 1998 na Rússia; 2002 no Uruguai; 2008 nos EUA; desde então em vários países da Europa (Espanha, Portugal, Grécia, Itália, etc.). Na ampla maioria dos casos a responsabilização pelos desastres econômicos recaíram sobre a dimensão política. Resultado desse processo: o mundo passa por uma onda conservadora que há muito não se observava. Partidos de orientação ideológica de direita estão sucedendo gestões social democratas ou mesmo alinhadas com a ideologia socialista. No Brasil, um dos pré-candidatos à presidência do país, que faz apologia pública à tortura realizada durante a ditadura, tem entre 6 e 8% das expectativas de votos, segundo as últimas pesquisas nacionais. Isso sem falar sobre o fenômeno Donald Trump...

Os eventos internacionais e nacionais não estão desconectados. Assim como os ataques sofridos ao sistema público educacional e, especificamente, às áreas de humanidades não estão ocorrendo apenas em algumas nações. É algo concatenado com um modelo de sociedade pautada na ideia de eficiência. E essa premissa não reconhece a integralidade ontológica

A subtração de conteúdos e disciplinas no ensino básico ou mesmo o fechamento de faculdades de ciências humanas obedece a uma lógica do mercado de produzir seres humanos robotizados, pelo menos entre as classes oprimidas e colonizadas. Afinal, os filhos abastados da sociedade continuarão a ter suas aulas de belas artes, balé e quiçá latim, como forma de diferenciação social frente aos demais.

O que nos resta, entre as várias formas de resistência social frente a esse contexto social, é provocar a aceleração das condições de contradição desse modelo. Este ensaio teve esse objetivo principal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Cesar Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico B. Contribuições da Pedagogia Crítica para a pesquisa em Educação Ambiental: um debate entre Saviani, Freire e Dussel. **Revbea**, São Paulo. V. 10, nº 1:180 – 200, 2015. <<http://www.sbecotur.org.br/revbea/index.php/revbea/article/viewFile/4531/2982>> Acesso em 06 out 2016.
FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª edição. São Paulo: Editora Global, 2006.

¹⁴ Cf. <http://www.businessinsider.com.au/australian-schools-are-scraping-history-and-geography-and-replacing-them-with-coding-classes-2015-9> Acessado em 02 mai 2016.

¹⁵ Cf. <http://www.ebc.com.br/educacao/2015/06/curriculo-escolar-australiano-pode-servir-de-base-para-o-brasil> Acessado em 20 out 2016.

MARX, Karl & ENGELS, Frederich. A história dos homens. In: FERNANDES, Florestan (org.). **História**. 3ª ed. São Paulo: 1989, p. 196 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 36).

QUEIROZ, Roberto. **A educação brasileira: o pior ranking da América do Sul**. <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/971303>> Acessado em 18 out 2016.

Fontes oficiais (Leis, Decretos e Relatórios Oficiais do Governo Federal)

DECRETO Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm> Acessado em 19 out 2016.

LEI 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm> acessado em 18 out 2016.

PROJETO DE LEI DO SENADO 193, de 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=192259&tp=1>> Acessado em 21 out 2016.

Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015 (Versão Preliminar). <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192> Acessado em 06 out 2016.

Fontes de jornais

Austrália tira geografia e história das escolas em favor de aulas de programação. <<http://www.updateordie.com/2015/09/22/australia-tira-geografia-e-historia-das-escolas-em-favor-de-aulas-de-programacao/>> Acessado em 02 mai 2016.

Australian schools are scrapping history and geography and replacing them with coding classes. <<http://www.businessinsider.com.au/australian-schools-are-scrapping-history-and-geography-and-replacing-them-with-coding-classes-2015-9>> Acessado em 02 mai 2016.

Currículo australiano pode servir de base para o Brasil. <<http://www.abc.com.br/educacao/2015/06/curriculo-escolar-australiano-pode-servir-de-base-para-o-brasil>> Acessado em 20 out 2016

Governo japonês pede cancelamento de cursos de humanas em universidades. <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/governo-japones-pede-cancelamento-de-cursos-de-humanas-em-universidades-17506865#ixzz47Vid6RfX>> Acessado em 02 mai 2016

Melhor escola pública do Brasil é de Vitória por nota do ENEM. <<http://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2015/08/06/melhor-escola-publica-do-brasil-e-de-vitoria-por-nota-no-enem.htm>> Acessado em 18 out 2016.

Programa de incentivo a demissão voluntária (USP). <<http://www5.usp.br/tag/programa-de-incentivo-a-demissao-voluntaria/>> Acessado em 20 out 2016.